



## **Eleições de 2022 e o tema da violência contra a mulher: uma análise das candidatas do DF à Câmara dos Deputados**

### **2022 Elections and the Theme of Violence Against Women: An Analysis of Female Candidates from the Federal District for the Chamber of Deputies**

Lorena Ferreira Masciano<sup>3</sup>

**Resumo:** Este texto discute as eleições de 2022, destacando a intensa polarização política, especialmente na corrida presidencial entre Jair Bolsonaro (Partido Liberal -PL) e o ex-presidente Lula (Partido dos Trabalhadores - PT). A polarização vai além do tradicional embate esquerda-direita e antipetismo, ou seja, inclui diferentes posicionamentos surgidos nas ruas e na internet. No Distrito Federal, as candidatas à Câmara dos Deputados também se alinharam a essas polarizações, destacando-se nas redes sociais. O estudo focou em duas deputadas eleitas, Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT), que apoiaram os candidatos à presidência de seus respectivos partidos, e utilizou como metodologia a coleta de dados de suas campanhas eleitorais pela rede Instagram, respondendo a perguntas quantitativas e qualitativas conforme formulário anexado ao final deste trabalho. Ambas atuaram de maneira intensiva durante o período eleitoral, defendendo pautas opostas, incluindo a abordagem da violência de gênero. O estudo tem como objetivo mostrar como diferentes candidatas ao cargo de Deputada Federal, com diferentes espectros políticos, mobilizam o tema de violência de gênero em suas

---

<sup>3</sup> Bacharel em Ciência Política (2020-2023, UnB), Instituto de Ciência Política. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. E-mail: [lorenaafer@outlook.com](mailto:lorenaafer@outlook.com)



campanhas eleitorais e como tal abordagem é importante para a visibilidade da problemática. Para entender essas questões, foram analisados, junto aos dados coletados, materiais que incorporam o conceito de violência de gênero e como ela é aplicada na sociedade, especialmente em um contexto neoconservador proposto pelo governo Bolsonaro em 2022, e as medidas governamentais para reparar esse dano, como políticas públicas, leis etc.

**Palavras-chave:** Eleições; Violência de gênero; Câmara dos Deputados; Polarização.

**Abstract:** This text discusses the 2022 elections, highlighting the intense political polarization, especially in the presidential race between Jair Bolsonaro (Liberal Party) and former president Lula (Workers' Party). The polarization goes beyond the traditional left-right divide and anti-PT sentiment, including various positions that emerged on the streets and online. In the Federal District, candidates for the Chamber of Deputies also aligned with these polarizations, making a notable impact on social media. The study focused on two elected deputies, Bia Kicis (PL) and Erika Kokay (PT), who supported their respective party's presidential candidates. The methodology involved collecting data from their electoral campaigns, responding to quantitative and qualitative questions as per the attached questionnaire at the end of this work. Both acted intensively during the election period, advocating opposing agendas, including the approach to gender-based violence. The study aims to show how different candidates for the position of Federal Deputy, from different political spectrums, mobilize the issue of gender-based violence in their electoral campaigns and how such an approach is crucial for the visibility of the problem. To understand these issues, the study analyzed, alongside the collected data, materials incorporating the concept of gender-based violence and its application in society, especially in a neoconservative context such as the Bolsonaro government in 2022, and the governmental measures to address such damage, including public policies, laws, etc.

**Keywords:** Elections; Gender-based violence; House of Representatives; Polarization.



## 1. Introdução

As eleições de 2022 foram marcadas por disputas polarizadas, seja pela corrida presidencial, seja pelos embates entre deputadas distritais e federais. Muito se ouviu falar em polarização a partir de 2018, com o surgimento de uma "nova direita" ou "extrema-direita" e uma mobilização mais intensa dos eleitores conservadores. A polarização gerada não se deu somente ao combate entre esquerda versus direita ou ao antipetismo, que havia sido fundamental na mudança política dos anos anteriores, mas também ao adensamento de diferentes posicionamentos desenvolvidos nas ruas e na internet que formaram um alinhamento ideológico, manifestando-se em distintos partidos políticos do campo da direita (Fuks e Marques, 2022).

Na eleição presidencial mais acirrada em muito tempo, a de 2022, conforme dados apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enfrentavam-se Jair Bolsonaro (PL), em busca de reeleição, considerado uma figura conservadora, com posicionamentos misóginos e hostilidade a direitos constituídos. Do outro lado, o ex-presidente Lula (PT), que, após ver processos voltados ao contexto da Operação Lava-Jato que o haviam levado à prisão sendo anulados, buscava seu terceiro mandato. Nesse caso, a campanha destacava agendas de direitos humanos, combate às desigualdades sociais, entre outros. Diante desse cenário, os candidatos às demais posições tomaram seus lados e muitos basearam sua campanha nos ideais de seus futuros superiores.

No Distrito Federal, esse contexto não foi diferente, grande parte das candidatas a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados se movimentaram pró ou contra os atores citados acima, por meio de suas campanhas que, nesse período específico, foram bem concentradas nas redes sociais e canais de internet.

O presente artigo foi desenvolvido com base nessas reflexões, a partir de uma pesquisa em grupo pelo Núcleo Flora Tristán do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, contudo, o tema da pesquisa é inovador no meio acadêmico. O trabalho de pesquisa e a coleta do material empírico aqui analisado se deram de abril de 2022 até abril de 2023. O objetivo principal dessa investigação, no âmbito desse projeto maior, foi entender se e como as candidatas ao cargo citado se mobilizaram a respeito da violência contra a mulher em suas diversas vertentes. Dentro do conjunto das deputadas que foram analisadas na pesquisa, a atenção voltou-se especificamente para duas das candidatas, e hoje deputadas eleitas: Bia Kicis



(PL) e Erika Kokay (PT). Ambas atuaram de forma incisiva no período eleitoral e apoiaram os candidatos à presidência de seus respectivos partidos.

O artigo aqui apresentado foi dividido em outras cinco seções além desta breve introdução. Na seção 1, "Violência de gênero nos polos ideológicos", o problema da violência contra a mulher é situado a partir do contexto político enfrentado (Eleições de 2022) e do contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, além de mostrar o tratamento do tema ao longo dos anos na agenda política; na seção 2, "Metodologia" é o campo onde é apresentado o banco de dados da pesquisa, seu desenvolvimento e a tipologia criada para basear as análises e respostas nas sessões seguintes; na seção 3, "Como a violência é tratada pelas candidatas?", são apresentadas as respostas das perguntas de pesquisas, ou seja, o que norteia toda a tese; na seção 4, "Bia Kicis e Erika Kokay: duas lideranças femininas" é uma seção criada a partir da necessidade de entender o amplo debate entre as duas candidatas e realizar uma comparação entre seus dados coletados; na seção 5, "Conclusão", por fim são expostas considerações finais acerca da pesquisa e dos resultados obtidos.

## **2. Violência de gênero nos polos ideológicos:**

Historicamente, a violência contra as mulheres sempre existiu no Brasil e junto dela, os desafios para enfrentá-la e para construir políticas públicas a fim de combatê-la. A violência de gênero se inicia no espaço doméstico, ou seja, dentro de casa, onde existe uma construção hierárquica do homem sobre a mulher (Bandeira, 2014). Fatores como a dependência emocional, financeira, vínculo com filhos e medo de ameaças podem levar as mulheres a permanecerem nessas relações violentas (Almeida e Bandeira, 2004). Diante disso, o movimento feminista se organizou e lutou para que finalmente medidas efetivas fossem tomadas acerca dessa questão, mas só em meados da década de 80, com o processo de democratização no país, as reivindicações do movimento feminista tomaram força, junto com a efetivação de políticas públicas (Bandeira, 2014). Isso se deve, também, ao fato de em 1979 ter ocorrido a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), tratado internacional aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas responsável por incluir o reconhecimento de direitos das mulheres. Os estudos feministas sobre o fenômeno foram fundamentais para a expansão dessa agenda no debate público.



Em 1983, ocorreu no estado de São Paulo a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina e a partir de 1984, com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) lançado pelo Ministério da Saúde, medidas preventivas e atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual foram se tornando cada vez mais presentes na sociedade. Em 1985, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, com o intuito de promover políticas contra a discriminação da mulher e incentivar a participação em atividades políticas. Outro marco para o movimento foi, em 1985, a criação da primeira Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres (DEAM). Em 1994, foi realizada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, denominada Convenção de Belém de Pará, que definiu a violência contra a mulher como “Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996 - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher).

Os anos 2000 também foram importantes no que diz respeito aos avanços da agenda feminista: em 2003 houve a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; em 2004, Política Nacional para as Mulheres; em 2004, 2007, 2011 e 2016, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; e em 2004, 2008 e 2013, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Um dos casos mais importantes para o avanço do combate à violência doméstica foi o de Maria da Penha, a farmacêutica cearense que sofreu diversas agressões pelo marido e uma tentativa de feminicídio, ficando paraplégica em 1983. Apenas em 1991, oito anos após o crime, ocorreu o julgamento do réu, mas, que por recursos da defesa, saiu em liberdade. Em 1996, seu ex-marido foi condenado, no segundo julgamento, a 10 anos e 6 meses de prisão, mas não teve sua sentença cumprida devido às irregularidades judiciais. Em 1998, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), a qual encaminhou quatro ofícios responsabilizando o Estado brasileiro por negligência em 2001. Com a formação de diversas ONGs feministas como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI), Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/BR), entre outros, o Projeto de Lei nº.



4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal e foi aprovado em ambas as casas no ano de 2004. Quando então, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a qual reconheceu a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e expôs a questão para o âmbito público, como um problema político e de saúde pública. Ademais, os crimes relacionados à violência doméstica contra a mulher perderam o caráter de menor potencial ofensivo (Mariano e Biroli, 2023). A lei em questão é considerada uma das maiores ferramentas para combater os casos de violência contra a mulher e traz a possibilidade de punição para os homens, além de formas de acolhimento, prevenção e denúncias às mulheres.

Contudo, a implementação das agendas feministas enfrentou muitos obstáculos diante da oposição de um ativismo neoconservador, que atua por uma ordem social formada pela sexualidade heteronormativa e preterem a educação e a diversidade sexual, com objetivo de sempre manter a "família tradicional", composta pela mulher dona de casa e cuidadora dos filhos e pelo homem, provedor de renda e chefe da família (Caminotti e Tabbush, 2021).

Durante os mandatos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), a agenda feminista ocupou espaços jamais vistos antes nos governos brasileiros, com avanços como a criação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) em 2005, a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, o atendimento de partos humanizados pela Rede Cegonha em 2011, a política pública Casa da Mulher Brasileira em 2014, que reúne serviços para a interrupção da violência contra a mulher, e em 2015, a promulgação da Lei do Feminicídio. Em agosto de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff foi condenada pelo processo que respondia relacionado às "pedaladas fiscais" e teve a cassação de seu mandato com o processo de impeachment. A primeira presidente mulher do país sofreu de diversos tipos de violência pela mídia, público e até por parlamentares. Foi quando seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu, no final daquele mês, a chefia do Palácio da Alvorada.

Durante o governo Temer, deu-se início a política de austeridade fiscal que resultou na aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, reduzindo a verba destinada a programas, especialmente sociais, o que gerou uma redução e maior confronto para com o diálogo diante de movimentos sociais. Na temática de gênero, foi possível observar mudanças como a substituição da nomenclatura "transversalidade de gênero" por "defesa da família" e a



transferência da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) para dentro do Ministério dos Direitos Humanos (Ipea, 2022).

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro venceu, pelo Partido Liberal, às eleições presidenciais e assumiu possivelmente o governo mais conservador desde a redemocratização brasileira. A temática de gênero foi tratada de uma forma antagônica a de seus antecessores: convidou a advogada e pastora evangélica Damares Alves (Progressistas e Republicanos) para ser Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 a 2022 que ficou famosa pela repercussão de sua fala "meninos vestem azul e meninas vestem rosa" e por seus discursos contra o aborto e a utilização do termo "ideologia de gênero". Além disso, segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o governo de Bolsonaro propôs, no Orçamento da União, 94% menos de recursos direcionados ao combate à violência contra as mulheres em relação às gestões anteriores - Dilma e Temer.

O contexto em que a presente pesquisa foi desenvolvida iniciou-se em um cenário onde a bancada neoconservadora, formada por políticos religiosos contrários ao aborto e pela agenda feminista, que visavam contrariar pautas e políticas públicas (Biroli, 2018), assumiu uma posição de destaque, onde se sobressaíram questões ligadas ao agronegócio, porte de armas e relacionadas a terras, como grilagem e marco temporal.

Durante a pandemia, falar sobre gênero no Plenário foi se tornando cada vez mais difícil e o espaço foi afunilando: apenas 2% dos projetos de lei propostos pela Câmara dos Deputados abordaram o recorte de gênero (Revista AzMina). O primeiro foi o PL 1291/2020 proposto pela deputada federal Maria do Rosário (PT/RS), que foi aprovado e sancionado como Lei Ordinária que assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei Maria da Penha durante o estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional. O segundo foi o PL 1444/2020 de autoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA), que estabelece medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a pandemia de coronavírus, o qual foi apenas votado e aprovado na Câmara. Segundo a socióloga Débora Messenger (Universidade de Brasília), as mulheres têm ação majoritária durante a proposição de Projetos de Leis acerca da temática de gênero, e ainda reforça a relação da bancada progressista com os temas de violência e cuidado.



A violência de gênero não foi erradicada e, sim, amparada e suas vítimas possuem cada vez mais recursos, visibilidade e proteção. Em 2022, 90 mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados, o que resulta em um aumento de 17,7% em relação à eleição anterior, mas, ainda assim, as mulheres ocupam menos espaço no campo político, em cargos eletivos ou de chefia dentro do espaço de disputa eleitoral, ou seja, mesmo que estejam presentes em mobilizações e manifestações, o ambiente legislativo ainda se mantém predominantemente masculino.

### **3. Metodologia**

O principal banco de dados utilizado neste artigo foi coletado no âmbito de pesquisa "Grupos, representação e processos de inclusão: diagnósticos e desafios para a democracia no Brasil", financiada pelo edital 18/2021 Universal/CNPq e coordenada pela Professora Flávia Biroli. O projeto coletou e analisou dados de todas as cinco regiões do Brasil, com a participação de pesquisadores de outras Universidades. Na UnB, foi realizada, como dito anteriormente, no âmbito do Núcleo de Pesquisas Flora Tristán. Nesse caso, a organização dos dados foi feita por, no total, cinco discentes, sob orientação dos docentes Carlos Machado, Danusa Marques e Flávia Biroli.

Para a pesquisa mais ampla, foram selecionadas as candidaturas ao cargo de deputado(a) federal: Ana Prestes (PCdoB), Bia Kicis (PL), Coronel Sheyla (PSD), Dani Sanchez (PSOL), Eliana Pedrosa (União Brasil), Erika Kokay (PT), Julia Lucy (União Brasil), Júlio Cesar (PR), Marcela Passamani (PL), Paula Benett (PSB), Professor Israel (PSB) e Silmara Miranda (PR). Destaco que a candidata Marcela Passamani desistiu da candidatura, a coleta dos candidatos do sexo masculino foi apenas para controle e as postagens da candidata Silmara Miranda foram apagadas, portanto, não irão entrar nessa pesquisa.

O trabalho feito consiste na coleta de dados da rede social Instagram das candidatas durante o período de 14 de agosto de 2022 (início da campanha eleitoral) até 30 de outubro de 2022 (resultado do segundo turno da campanha presidencial). Os dados foram inseridos em formulários semanais (Anexo 1) com questionários acerca de indicação de fake news, menção ao financiamento de campanha, acontecimentos da semana, alianças da candidatura, menção ao partido e seus atores, ataques feitos ou recebidos pela candidatura, abordagem sobre vida pessoal e profissional, postagens compartilhadas e menção a desigualdades social, de raça e/ou





gênero. Assim, após filtragem de dados, foram analisados 134 itens para análise voltados a dois casos, o da candidata Bia Kicis e da Erika Kokay.

Bia Kicis é advogada, ativista e ocupou um cargo na Procuradoria Geral do Distrito Federal. Filiada ao Partido Liberal, ficou conhecida principalmente nas redes sociais por seu ativismo nos movimentos de direita. Assumiu o primeiro mandato como deputada federal em 2019 e concorreu a reeleição em 2022, sendo eleita como a deputada federal com maior número de votos no Distrito Federal.

Erika Kokay é bancária, psicóloga e sindicalista. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi eleita como deputada distrital em 2003 e acumula 4 mandatos como deputada federal do Distrito Federal desde 2011. Ficou conhecida por suas lutas nos sindicatos trabalhistas e sua atuação nos movimentos sociais de esquerda.

O artigo partiu dos dados mais gerais para trabalhar, especificamente, com o tema de violência. Foram identificadas todas as menções a violência de gênero, totalizando 21 postagens. A partir dessa identificação, elas foram classificadas de acordo com a seguinte tipologia: denúncias ao machismo/misoginia; violência política; violência sexual/assédio sexual; violência doméstica; feminicídio e violência geral.

Com base nessas tipologias, foram criadas as seguintes definições de cada tipo de violência no Quadro 1 abaixo.

#### **Quadro 1 - Definição dos tipos de Violência**

Denúncias ao machismo/misoginia	Denúncias das candidaturas a casos de machismos e misoginia, sendo definidos por "A misoginia é um sentimento de aversão patológico pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental machista, cujas opiniões e atitudes visam o estabelecimento e a manutenção das desigualdades e da hierarquia entre os gêneros, corroborando a crença de superioridade do poder e da figura masculina pregada pelo machismo."
---------------------------------	---



Violência Política	" Violência política como a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade."
Violência Sexual/ Assédio Sexual	"Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força."
Violência Doméstica	"Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial."
Feminicídio	"Trata-se de uma nova forma qualificada do crime de homicídio [...] Para caracterizar o crime é necessário que a vítima seja mulher e que o crime tenha sido cometido com envolvimento de violência doméstica ou discriminação contra a condição de mulher."
Violência Geral	Qualquer tipo de violência contra a mulher que não seja contemplada pelas definições acima.

Fonte: Elaboração própria com conceitos retirados das fontes: Politize!; Instituto Maria da Penha; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Dessa forma, hipóteses a seguir foram formuladas para testar e compreender como cada ideologia trata o tema e de que forma são feitas as mobilizações caso ocorram. Na próxima sessão serão desenvolvidos os resultados da pesquisa e testadas as hipóteses em busca de sua comprovação ou não:

(i) Hipótese 1: Candidatas em posições ideológicas antagônicas mobilizam o tema da violência contra a mulher de forma distinta;



(ii) Hipótese 2: Candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar mais o tema da violência contra as mulheres do que candidatas mais conservadoras, à direita;

(iii) Hipótese 3: Candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar a temática da violência em perspectiva relacional (que incorpora gênero e interseccionalidades, por exemplo) e sistêmica ou estrutural (que remete a uma ordem patriarcal violenta, por exemplo);

(iv) Hipótese 4: Candidatas posicionadas à direita no espectro político tendem a mobilizar o tema como um desvio e como fenômeno individual e numa perspectiva punitivista.

#### 4. Como a violência é tratada pelas candidatas?

A princípio, foi elaborado um quadro indicando que tipo de violência cada candidata abordou e quantas vezes, mediante numeração. Isso foi feito para facilitar a visualização da tipologia abordada pelas candidaturas e fazer referência a tentativa de comprovação das hipóteses propostas.

Em seguida, é explicado, de forma breve, como cada candidata tratou em sua postagem que a fizesse mobilizar o tema da violência contra a mulher e como a encaixar em determinada tipologia. Todos esses dados, como dito anteriormente, comprovarão ou não as hipóteses propostas na seção "Metodologia".

#### Quadro 2 - Candidatas e o tipo de violência abordada

	Denúncias ao machismo/misoginia	Violência Política	Violência Sexual / Assédio Sexual	Violência Doméstica	Feminicídio	Violência Geral
Bia Kicis			1			1
Erika Kokay	4	1				

Fonte: Elaboração própria



Ao observar o quadro 2, foram identificadas duas postagens feitas pela candidata Bia Kicis e cinco postagens pela candidata Erika Kokay. A primeira mobiliza dois tipos de violência- a sexual e a geral-, enquanto a segunda aborda denúncias ao machismo e misoginia e violência política.

A violência sexual, mobilizada na primeira postagem da candidata Bia Kicis, refere-se à forma como o Governo Lula tratou o tema do aborto, desde a assinatura do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) até a assinatura do Programa Nacional dos Direitos Humanos - 3, que visava a aprovação da Lei que discriminava o aborto. O que se destacou na publicação da candidata foi a crítica à promulgação de normas técnicas do Ministério da Saúde que suprimiam os obstáculos para a legalização do aborto nos casos de violência sexual. Sua publicação consiste em tratar o aborto como uma violência e criticar as ações tomadas pelo petista quanto ao tema.

No outro caso, um vídeo de mulheres segurando bandeiras a favor de Jair Bolsonaro, após homens indicados como seguranças de Lula arrancarem as mesmas das mãos das mulheres de forma violenta viraliza nas redes sociais de Bia Kicis. A candidata apontou a atitude como um ato de repressão às mulheres que estavam manifestando sua opinião política.

Erika Kokay passou grande parte de sua campanha abordando denúncias contra machismos e misóginas, especialmente ao ex-presidente Jair Bolsonaro devido a suas falas e ações no parlamento. Além de acusações contra o posicionamento de Bolsonaro, Kokay se afirma como a candidata que mais defendeu os direitos das mulheres na legislatura mais machista de todos os tempos e que os projetos aprovados em defesa das mulheres foram feitos pelo parlamento, não pelo Governo Bolsonaro. A candidata também indica esses traços no ex-presidente ao tratar do caso de dignidade menstrual, visto que o Bolsonaro instituiu no veto do projeto, o que para Erika, reforçava sua índole machista e misógina.

Kokay também se manifestou quando a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, sofreu uma tentativa de assassinato e relatou que todo esse movimento foi causado devido à violência política e discursos de ódio, solidarizando-se, então, com o parlamentar.

De acordo com o teor das publicações de cada candidatura, é possível admitir que as publicações de Kicis focam tratar, de forma mais discreta, o tema e não desenvolvem a fundo nenhum caso específico ou problematizam o tema. Enquanto a Kokay denuncia ativamente



casos que sejam contrários aos direitos das mulheres e se mostram ativistas na garantia desses direitos. Ademais, o quantitativo de postagens ligadas a movimentos sociais ou de esquerda supera o número de postagens conservadoras. A publicação de Bia Kicis sobre o aborto, por exemplo, exclui o direito das mulheres em casos de violência sexual, e expõe o contramovimento de ativismo religioso e trata de forma conservadora a pauta de gênero (Biroli e Tatagiba, 2023). Portanto, candidatas em posições ideológicas antagônicas mobilizam o tema da violência contra a mulher de forma distinta, sendo as candidatas posicionadas à esquerda e ligadas a movimentos sociais as maiores mobilizadoras.

### **5. Bia kicis e Erika Kokay: Duas lideranças femininas**

Como visto até agora, as candidatas Bia Kicis e Erika Kokay utilizaram as redes sociais como uma das principais ferramentas de campanhas e abordaram diversos assuntos e notícias cotidianas durante o período eleitoral. Contudo, durante a pesquisa, foi possível perceber uma significativa diferença na tratativa das parlamentares ao mobilizarem o tema da violência contra a mulher. Para prosseguir essa análise, é importante ressaltar que ambas se afastam ideologicamente em seus posicionamentos e ideais políticos.

Bia Kicis é um fenômeno nas redes sociais e conquistou seu público com ativismos de direita, sua campanha na rede estudada é extremamente movimentada, com muitas postagens diárias, mas percebe-se uma carência na mobilização de temas sociais. A advogada possui uma forte aliança política com atores de seu partido (Partido Liberal), especialmente com Jair Bolsonaro, a quem apoiou até o término das eleições. Outro fator relevante para análise da candidatura foi o fato de que a candidata foi a única a publicar postagens consideradas fake news, seja pelo próprio Instagram, seja pela denúncia de usuários da rede social. Isso leva a uma percepção de que temáticas de gênero não fazem parte do foco sociopolítico da candidata, assim como a conquista de eleitores mais progressistas.

A perspectiva de atrizes conservadoras, como Kicis, segue uma direção contrária à de movimentos feministas, sem manifestar qualquer apoio à agenda e trabalhar no confronto com os grupos ativistas. O aborto, sendo uma das pautas mais polêmicas e movimentadas nas duas direções de ativismo, revela ser um dos pontos mais fortes mobilizados pelo antifeminismo, que busca retrocessos no país, como a proibição total dos casos. Um exemplo é a participação do Brasil no Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, também



conhecido como "aliança antiaborto", criada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em dezembro de 2020, que contava com o apoio de Jair Bolsonaro. O Consenso de Genebra visava proteger o direito à vida e pautar a proteção da família tradicional.

Ademais, esses atores não tratam da questão de saúde pública que envolve o aborto, os milhares de casos que ocorrem todos os dias, como o retratado no podcast "Caso das 10 Mil" produzido pelo Jornal Folha de São Paulo, onde são descobertos mais de dez mil abortos realizados em uma clínica clandestina em Campo Grande (MS). O que diferencia a vertente das abordagens é o fato de candidatas ligadas a agendas conservadoras mobilizarem isoladamente os casos retratados e principalmente de forma sensacionalista quando vem à mídia. Um exemplo é quando são popularizados os casos de crianças estupradas e atrizes de direitas, como Damares Alves e Sara Winter, se mobilizam para impedir a realização do procedimento e persuadir as vítimas a levarem a gestação até o final, ou seja, para essas ativistas, só ocorrem esses casos aleatórios e publicados, mas se houvesse publicação dos procedimentos realizados de forma clandestina, é notório que não seria possível resolver dessa perspectiva. Já atores ligados a movimentos sociais e posicionadas à esquerda buscam trazer causas estruturais dos casos, como a ordem patriarcal heteronormativa (Caminotti e Tabbush, 2021) e as práticas de controle sobre os corpos das mulheres.

Em 2022 o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro manifestou que "cuidar da mulher é cuidar da família brasileira" (Biroli e Tatagiba, 2023). Em 2020, o Congresso Nacional era formado por uma bancada de 24 partidos políticos representados na Câmara dos Deputados, onde 12 eram apoiadores de Jair Bolsonaro (PSL, Patriota, DEM, PSC, Novo, PSDB, MDB, PP, Republicanos, PL, PSD e PTB.). Sendo assim, 318 parlamentares eram filiados a partidos muito próximos do presidente e votavam conforme sua orientação em 90% das votações nominais da casa. Isso mostra que a perspectiva de uma bancada neoconservadora, que era maioria no parlamento, é retratada de forma individualizada e punitivista, de maneira a resolver caso a caso e muitas vezes expondo a vítima a situações constrangedoras, e inviabilizando a justiça necessária.

Para atores ligados a movimentos sociais e feminista, as abordagens visam compreender as raízes dessas questões e enxergar para além dos casos individualizados, entendendo que existe uma questão estrutural. Foi percebido um plano de fundo que cercava o feminismo, que era a hegemonia da branquitude, onde além de mulheres sofrerem violência mobilizadas pela



questão de gênero, o fator racial acarretava dupla violência sofrida por elas (Alvarez, 2014). Com base nos dados do relatório publicado pela Anistia Internacional, 66,7% das vítimas de feminicídio no Brasil em 2021 eram negras. Para isso, entra-se a perspectiva da interseccionalidade que relaciona classe, gênero e etnia e é definida pela multiplicidade de identidades, especialmente a posição de mulheres negras diante das violências sofridas (Hirata, 2014). Ou seja, ao procurar tratar dessas questões e fazer com que essas mulheres se sintam representadas na política, é possível que a violência de gênero seja combatida de forma mais direta, desfazendo o sistema patriarcal formado por um sistema político masculino e branco (Sacchet, 2012).

Erika Kokay tem um período de campanha agitado, onde visitou diversos pontos populares de Brasília e se ligou a atores progressistas, não necessariamente do mesmo partido (Partido dos Trabalhadores), como Leandro Grass (Partido Verde) que concorreu a Governador do Distrito Federal. Boa parte do programa político da candidata continha questões sociais, de gênero e étnicas. Como sindicalista, sempre apoiou o movimento dos trabalhadores e mostrou se importar com melhores condições para esses. Outro grande foco foi apoiar Lula na corrida presidencial e denunciar o que achava pertinente quanto às falas e atos de Jair Bolsonaro, como visto anteriormente, sobretudo acerca das questões de gênero.

Kokay, por exemplo, defendeu em suas publicações os direitos das mulheres e denunciou casos de machismo e misoginia, que, por sua vez, foram quase todos direcionados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. A deputada demonstrou interesse na aprovação de projetos de leis, como da dignidade menstrual, que não individualiza casos, mas democratiza o acesso de produtos de higiene adequados.

## **6. Conclusão**

A violência contra a mulher pode ser analisada através de diversas vertentes e, durante muito tempo, foi um tema totalmente isolado e cercado de tabus na sociedade brasileira. Graças aos avanços dos movimentos feministas, medidas sociais e legais foram tomando espaço no cenário político, garantindo direitos básicos às mulheres.

Deputados Federais são representantes escolhidos pela população para ocuparem uma cadeira na Câmara dos Deputados e tomarem decisões, lutarem por direitos e deveres das pessoas e uma dessas questões esperadas é o combate à violência de gênero, visto que esse é



um tema que não teve a atenção necessária por muitos anos e, graças aos movimentos feministas, foi politizado e hoje é relevante na esfera política, sendo de responsabilidade do Estado não só tratar da temática, mas propor ferramentas para combatê-la em suas diversas esferas. Portanto, como apresentado, foram analisadas as campanhas das candidatas ao cargo, Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT) para entender se a violência contra a mulher foi mobilizada e se sim, de que forma.

A polarização de atores políticos em relação à violência contra a mulher reflete divergências ideológicas, sociais e culturais presentes em diferentes contextos ao redor do mundo. Essa questão sensível tem sido abordada de maneiras variadas por diversos grupos políticos, gerando debates intensos e, por vezes, impedindo a implementação de medidas eficazes, o que destaca a necessidade de abordar não apenas os aspectos legais e punitivos, mas também de promover mudanças culturais e educacionais que combatam as raízes profundas desse problema social.

As conclusões da pesquisa confirmaram todas as hipóteses propostas: candidatas em posições ideológicas antagônicas mobilizam o tema da violência contra a mulher de forma distinta; candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar mais o tema da violência contra as mulheres do que candidatas mais conservadoras, à direita; candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar a temática da violência em perspectiva relacional (que incorpora gênero e interseccionalidades, por exemplo) e sistêmica ou estrutural (que remete a uma ordem patriarcal violenta, por exemplo); candidatas posicionadas à direita no espectro político tendem a mobilizar o tema como um desvio e como fenômeno individual numa perspectiva punitivista.

Assim, candidatas ligadas a movimentos sociais, como Erika Kokay, tiveram mais postagens mobilizadoras da temática da violência contra a mulher e abordam questões estruturais que cercam a violência de gênero, como a ordem patriarcal e o machismo implantados na sociedade. Já candidatas ativistas de movimentos conservadores, como Bia Kicis, tratam da questão em situações isoladas, possuindo poucas postagens relacionadas ao assunto consideradas punitivista e agressiva, onde tratam os casos como isolados e midiáticos.

À luz do exposto, é possível compreender a importância da tratativa do tema e como figuras importantes, como autoridades, o expõem, promovendo mobilização entre a população e as





agendas políticas, o que gera maior possibilidade de avanços ou retrocessos, dependendo da abordagem realizada.

## 7. Referências

ALVAREZ, S. E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 43, p. 13–56, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>.

BANDEIRA, L. M. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Sociedade e Estado, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 449–469, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5897>.

BANDEIRA, L. M., & CAMPOS DE ALMEIDA, T. M. (2015). **VINTE ANOS DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ E A LEI MARIA DA PENHA.** Revista Estudos Feministas, 23(2),501-517.[fecha de Consulta 11 de Noviembre de 2023]. ISSN: 0104-026X. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38139191012>

BANDEIRA, L. M., & CAMPOS DE ALMEIDA, T. M. (2004). "Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres - por uma perspectiva feminista, de gênero e dos direitos humanos" In **Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste.** AGENDE Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L. "**Mecanismos discursivos de produção de retrocessos nas políticas de igualdade de gênero no Brasil e suas implicações para a democracia (2019-2022)**". Paper apresentado no 47º Encontro Anual da Anpocs, Campinas, Unicamp, 2023.

**BRASIL tem a eleição mais apertada para presidente desde a redemocratização. G1, Eleições,** 30 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml>. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Mais mulheres na política: violência política.** Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica#:~:text=Conceito%20de%20viol%C3%Aancia%20pol%C3%ADtica%20%2D%20entendemos,decis%C3%B5es%20contr%C3%A1rias%20%C3%A0%20sua%20vontade](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica#:~:text=Conceito%20de%20viol%C3%Aancia%20pol%C3%ADtica%20%2D%20entendemos,decis%C3%B5es%20contr%C3%A1rias%20%C3%A0%20sua%20vontade.). Acesso em: 27 set. 2023.

CAMINOTTI, M. & TABBUSCH C. "**El embate neoconservador a las políticas de igualdad de género tras el fin del “giro a la izquierda” en América Latina. The neoconservative onslaught on gender equality policies at the end of the Latin American “left turn”**". Población & Sociedad [en línea], ISSN 1852-8562, Vol. 28 (2), 2021, pp. 29-50. DOI: <http://dx.doi.org/10.19137/pys-2021-280203>. Puesto en línea en diciembre de 2021.



FUKS, M.; MARQUES, P. H. **Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil.** *Opinião Pública*, v. 28, p. 560–593, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8671918>

HIRATA, H. (2014). **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**, *Tempo Social*, v. 26, n° 1, Jan-jun., p. 61-74.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desmonte das políticas públicas: consequências para os grupos sociais vulneráveis e para a economia.** *Em Questão*, n. 21, p. 1-60, ago. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11636/1/EmQuestao\\_n21\\_Desmonte.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11636/1/EmQuestao_n21_Desmonte.pdf). Acesso em: 06 out. 2023

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é violência doméstica.** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 09 out. 2023.

KICIS, Bia. **Instagram.** Disponível em: <https://www.instagram.com/biakicis/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

KOKAY, Erika. **Instagram.** Disponível em: <https://www.instagram.com/erikakokay/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

POLITIZE!. **Misoginia.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/misoginia/#:~:text=A%20misoginia%20%C3%A9%20um%20sentimento,da%20figura%20masculina%20pregada%20pelo>. Acesso em: 07 set. 2024.

SACCHET, T. **“Representação Política, Representação de Grupos e Política de Cotas: Perspectivas e Contendas Feministas.”** *Estudos Feministas*, vol. 20, no. 2, 2012, pp. 399–431. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/24328138>. Accessed 11 Nov. 2023.

SANTOS, R. M.; BIROLI, F. **"Políticas para mulheres: O que são e por que são importantes?"**. Em: Natália Guimarães Duarte Sátyro e Eleonora Schettini M. Cunha, Belo Horizonte: Editora da UFMG e Fino Traço, 2023; pp. 163-182.

**SÓ 2% dos PLs propostos pela Câmara na pandemia têm recorte de gênero.** *AzMina*, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/so-2-dos-pls-propostos-pela-camara-na-pandemia-tem-recorte-de-genero/>. Acesso em: 01 out. 2023.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.**

Feminicídio. *Direito Fácil*, 2023. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/feminicidio>. Acesso em: 07 set. 2023.